



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Brasileiros,

Como em oportunidades anteriores às vésperas de novo ano, venho dar-vos conta dos principais resultados que conjuntamente alcançamos em 1977, bem assim formular as perspectivas gerais que visualizamos para 1978.

Faço-o consciente do dever cumprido com o máximo empenho, sem desfalecimentos. E, embora circunstâncias diversas hajam reduzido resultados que confiantemente podíamos esperar e parcialmente frustrado algumas das fundamentadas esperanças que havíamos alentado, creio que, afinal, o saldo dos avanços e das realizações é muito grande, como tem sido desde a Revolução de 1964, e que o presente estado geral da Nação — interna e externamente — mostra o real e significativo progresso que, com o esforço de todos nós brasileiros, alcançamos no decorrer deste ano.

No campo crítico da economia, a evolução da situação mundial e de nosso país confirma o acerto da orientação que o Brasil vem seguindo a partir de 1974, em decorrência da crise provocada pela forte elevação dos preços do petróleo. O choque então gerado foi, de fato, o começo de uma nova era para toda a civilização industrial moderna. Com ele

se iniciou um processo que, através de sucessivos desdobramentos, deverá estender-se até que novas fontes de energia venham, progressivamente, a assumir o papel, ainda hoje desempenhado pelo petróleo.

Durante esse período de transição — em que é indispensável evitarem-se abalos desastrosos, tanto no mundo desenvolvido como no do subdesenvolvimento — importante é que não haja novas recessões e que todos os países realizem, em curto prazo, adequadas mudanças de estrutura, principalmente no uso da energia e no balanço de pagamentos. De fato, já é consenso que os países com grande *deficit* na conta-corrente do balanço de pagamentos devem diminuí-lo, por não ser fácil encontrar financiamento. E de que as nações com prolongado *superavit* devem também tender a eliminá-lo, para não somar esse *superavit* ao dos países da OPEP, tão difícil, por si só, de ser absorvido pelo resto do mundo.

O Brasil foi dos países que, desde logo, reconheceram a necessidade de uma desaceleração progressiva, não violenta, de sua economia e, em paralelo, de mudanças estruturais suficientemente rápidas, no quadro de uma estratégia adequada capaz de assegurar ao país uma trajetória sólida de crescimento.

De um lado, precisávamos diminuir nosso grau de dependência internacional, substituindo importações de insumos básicos e bens de capital, de modo a elevar a capacidade de produção da indústria de base a dimensões compatíveis com a indústria de

ponta. Enquanto os projetos de substituição não entrassem em funcionamento, teríamos que conter a demanda de importações, através de variadas restrições monetárias e fiscais.

Conter e substituir importações, todavia, não seria o suficiente para reequilibrar o balanço de pagamentos. O crescimento intenso da economia e a elevação internacional dos preços eram fatores naturais de expansão das importações. O ajuste do balanço, nessas condições, teria que provir de esforço extraordinário na expansão das nossas exportações, enfrentando-se aí o débil crescimento das economias desenvolvidas e sua crescente propensão ao protecionismo.

De outro lado, condicionante da maior importância social teria que balizar essa estratégia: a economia brasileira, com a sua responsabilidade de criar mais de um milhão de novos empregos por ano, não poderia submeter-se ao ajustamento pela via da recessão. Crises de transição podem ser toleradas por sociedades de alta renda *per capita* e de população quase estacionária; mas não por países como o Brasil, de renda *per capita* ainda média e distorcida por bolsões de pobreza e onde o crescimento demográfico reclama a contínua criação de novos empregos. Não seria realista pensar que poderíamos reeditar as taxas de crescimento do período 1968-1973, quando os ventos internacionais sopravam a nosso favor. Mas também não poderíamos deixar de crescer a taxas significativamente superiores à de nossa expansão populacional.

Implantar essa estratégia era tarefa árdua que exigiria sacrifícios da população e, antes de tudo, um forte apelo à imaginação e à criatividade nacionais. Embora o gradualismo faça parte da tradição brasileira em política econômica, as dimensões da crise do petróleo obrigavam-nos a agir com presteza. Não era fácil, em poucos anos, mobilizar recursos necessários ao programa de substituição de importações. Não era fácil, a curto prazo, modernizar a agricultura, preparando-a simultaneamente para o atendimento do crescente mercado interno e para o aumento acelerado das exportações. Não era fácil, principalmente, conciliar, em módulos ideais, os objetivos de crescimento econômico, melhoria da distribuição de renda, ajuste do balanço de pagamentos e combate à inflação. Diante dessa multiplicidade de problemas que reclamavam soluções urgentes, dever de humildade é reconhecer que muitas vezes erraríamos no varejo; mas bem justo será o orgulho de termos acertado no atacado, à luz dos indicadores mais recentes do desempenho da economia brasileira.

Nos últimos quatro anos o crescimento do produto real brasileiro foi da ordem de 33%, elevando nossa renda *per capita* anual a cerca de 1.300 dólares. Por certo, anos de crescimento mais rápido, como 1974 e 1976, intercalaram-se com períodos de crescimento menor, nossa produção expandiu-se a taxas bem maiores do que a população. O crescimento, por sua vez, não se limitou a um registro abstrato de maior produção, mas traduziu-se em sensível melhoria do padrão de vida do povo.

Por certo, o crescimento conseguido desde 1974 não poderia ter continuidade enquanto minados fôssemos pelo desequilíbrio das contas externas. Os números de 1977, todavia, afirmam o êxito da política de ajustamento do balanço de pagamentos. Em 1974, nosso *deficit* comercial atingia a cifra de 4,6 bilhões de dólares. Este ano conseguimos voltar ao tradicional equilíbrio da balança comercial, de fato com um pequeno *superavit*. Tendo em vista o crescimento da economia nacional no período e a alta internacional de preços, pode avaliar-se o que significou o esforço de contenção e de substituição de importações. Pelo menos alguns exemplos merecem ser citados quanto ao esforço de substituição de compras externas. Este ano nossa produção siderúrgica atinge 11,4 milhões de toneladas, 24% acima de 1976. O aumento da produção de aço, desde 1974, proporcionou-nos uma economia de importações de um bilhão de dólares. A importação de bens de capital, que se elevou progressivamente até 1975, vem declinando; sua substituição pela produção nacional equivale, este ano, a uma diminuição de 900 milhões de dólares no dispêndio de divisas. O impulso dado ao Programa do Alcool assegura uma produção, este ano, de 1,5 bilhão de litros e a aprovação de projetos já corresponde a uma capacidade de produção, em 1980, de cerca de 3,5 bilhões.

Não menos expressivo que o esforço de substituição de importações tem sido a expansão de nossas exportações, de 6,2 bilhões de dólares em 1973, para mais de 12 bilhões no corrente ano. A modernização

da agricultura e a melhoria de preço de alguns produtos, como o café, tiveram papel altamente significativo nesse processo de expansão. Importante tem sido o desenvolvimento das vendas ao exterior de produtos industrializados, num esforço notável de diversificação e de sofisticação de nossas exportações. Vale notar que, até novembro deste ano, enquanto as exportações de produtos primários cresceram à excelente taxa de 19,4%, as de produtos industrializados aumentaram de 33,8%.

O aumento acelerado das exportações não reequilibrou apenas nosso balanço comercial. Viabilizou, também, a nossa dívida externa, inevitavelmente crescente durante esta quadra mas expandindo-se em ritmo cada vez menor. Nossas reservas superiores a 6 bilhões de dólares e o equacionamento de nossas contas externas estão nos assegurando credibilidade internacional e amplo acesso aos mercados financeiros mais exigentes e seletivos.

Um grande desafio continua a apresentar-se à sociedade brasileira: o de reduzir significativamente as taxas de inflação. As altas de preços, no Brasil, apresentam características de moléstia endêmica. Os próprios mecanismos de defesa da sociedade — a correção automática dos salários, dos valores monetários e as minidesvalorizações cambiais — se tornam a inflação menos dramática entre nós do que em outros países, também a realimentam permanentemente. Os conflitos entre os objetivos de maior estabilidade da moeda, de maior crescimento econômico ou de mais rápido ajuste do balanço de

pagamentos com freqüência levaram a um recrudescimento das pressões inflacionárias, particularmente em 1976.

Várias medidas, monetárias, fiscais, de administração de preços e de contenção dos fatores de realimentação vêm sendo tomadas desde meados do ano passado no sentido de frear o ímpeto da alta de preços. Infelizmente, os remédios antiinflacionários são todos de ação lenta, exigindo, num longo interregno, pertinácia e resignação, principalmente numa economia em que as relações contratuais são regidas pelo princípio da correção monetária — que pelo seu saldo de êxitos convém preservar — e na qual a inflação não deve ser tratada senão pela metodologia gradualista.

A taxa de inflação, medida pelo índice geral de preços, deverá situar-se em 1977 em pouco menos de 39%. Essa cifra comporta duas observações: comparativamente aos 46,3% de 1976 apresenta inegável melhoria, com a diminuição de mais de 7 pontos percentuais no ritmo inflacionário; ao longo do ano, os 39% resultaram da composição de duas fases distintas: uma da inflação acelerada até maio, à taxa média mensal de 3,7%; outra de inflação bem mais branda, de 2,1% ao mês, a partir de junho. Apesar dos progressos em relação a 1976, estamos longe de dar por vencida a guerra contra a inflação. Embora condicionados à metodologia gradualista, precisamos continuar a combater a inflação sem tréguas, apelando para todos os mecanismos de controle à disposição do Governo, mas também

pedindo a cooperação e a compreensão do povo. A luta antiinflacionária representa, antes de tudo, extraordinário exercício de disciplina da sociedade. É preciso que todos reivindicemos menos, para que os ganhos não venham a ser frustrados pelas altas de preços.

Os resultados de 1977 indicam o acerto de uma estratégia. A situação econômica internacional ainda se mostra instável — instabilidade inevitável enquanto os países da OPEP acumularem saldos em conta-corrente de 35 a 40 bilhões de dólares anuais. A recente decisão dos países produtores de petróleo de congelar seus preços no primeiro semestre de 1978 dá-nos a tranqüilidade de uma trégua. Mas temos de nos conscientizar de que vivemos num mundo bem mais difícil do que o de cinco anos atrás. Compreendamos, todavia, que dificuldade não é, para os povos fortes, sinônimo de catástrofe, mas de desafio à criatividade. E a população brasileira, que soube vencer esta fase da crise do petróleo, saberá sempre responder aos desafios que lhe forem impostos pela conjuntura internacional.

No campo social, desde 1974, a atuação do governo tem sido dinâmica e criadora.

O governo preocupou-se em assegurar que os reajustes salariais, particularmente os do salário-mínimo, recompusessem os padrões do poder aquisitivo erodidos pela inflação. O mais importante, porém, é que o mercado, de fato, valorizou o trabalhador bem acima dos coeficientes oficiais de reajustamento salarial. Os programas de treinamento e

alimentação dos empregados nas empresas, a ampliação do sistema educacional, a redução da taxa do analfabetismo adulto, o crédito educativo, os programas de saúde pública, a prevenção da gravidez de alto risco traduzem aspectos da política social que meu governo tem procurado seguir. A verdadeira justiça social não é a que submete o trabalhador ao paternalismo governamental, mas a que o torna capaz de se valorizar no mercado de trabalho, independentemente dessa proteção.

A despeito da contenção de investimentos públicos ditada pela ação antiinflacionária, executou-se, em 1977, um Orçamento Social da ordem de Cr\$ 230 bilhões em Educação, Saúde Pública, Assistência Médica, Saneamento, Nutrição, Habitação, Previdência, Trabalho e Treinamento Profissional. A esse dispêndio adicionou-se um Programa de Desenvolvimento Urbano de cerca de Cr\$ 30 bilhões destinados principalmente a Transportes Coletivos e Centros Sociais e, por outro lado, aplicaram-se mais de Cr\$ 10 bilhões através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Não cabe aqui apresentar dados detalhados sobre os resultados sociais alcançados. Creio oportuno mencionar, entretanto, alguns indicadores particularmente sugestivos:

— a população economicamente ativa, entre 1970 e 1977, elevou-se de 29 para 37 milhões de pessoas, revelando a grande capacidade de geração de novos empregados da economia brasileira;

— após a criação de mais de 3 milhões de empregos entre 1974 e 1976 houve em 1977 certo arrefecimento, mas, assim mesmo, ocorreu aumento ponderável, a despeito da desaceleração realizada;

— em 1977, o PIS-PASEP passou a pagar o 14º salário, que, neste primeiro ano de vigência da medida, beneficia 7 milhões de trabalhadores;

— o crescimento demográfico com predominância de população jovem tem acarretado grande expansão quantitativa do ensino, com riscos para a qualidade. Temos hoje 24 milhões de estudantes nas escolas, quando em 1970 eram apenas 17 milhões. Se somamos 4 milhões do MOBRAL, alcançaremos um número que corresponde a duas vezes a população total de um país como a Austrália;

— o mesmo fenômeno verifica-se na Previdência Social urbana que, atualmente, atende a uma população de quase 60 milhões de pessoas, em benefícios e assistência médica; o FUNRURAL, por outro lado, já assiste hoje a maior parte da população rural;

— ao longo da presente década, a expectativa de vida da população brasileira aumentou para mais de 60 anos, a taxa de mortalidade caiu bastante e a mobilidade social vertical acentuou-se, com o fácil acesso dos pobres à escola, inclusive no nível da Universidade;

— a taxa de alfabetização, entre 1970 e 1977, cresceu de 60 para 84%;

— expressiva é a queda ocorrida na mortalidade infantil em São Paulo, certamente uma capital com graves problemas de saúde pública devido às maciças imigrações — o declínio foi de 94 para 80, em 1976, caindo para valores bem menores em 1977, sendo de 54 por mil no mês de outubro último.

Tais esforços e resultados na área social caracterizam considerável progresso. Na verdade, as soluções simples, para um País com a população que temos, no nosso nível de renda, são simples apenas no papel. Contudo, é possível encontrar essas soluções e efetivá-las com determinação e fé, pelo caminho da evolução ordenada, numa sociedade aberta, pluralista e em crescimento, sem recurso a soluções extremadas e violentas.

Quanto ao problema político propriamente, em recente discurso proferido a 1º de dezembro, apresentei o quadro atual e as perspectivas de sua evolução. Nele destaquei a importância do desenvolvimento das instituições políticas para o progresso do País, na etapa a que chegamos da vida nacional. E nada cabe acrescentar, de momento, uma vez que, pela consulta ampliada aos setores mais esclarecidos da população e pelo consenso que se verifique, é que se fixarão rumos bem definidos e metas a alcançar com realismo, prudência e segurança.

Esperamos, convictamente, que o ano próximo se venha a assinalar por um avanço marcante nesse setor, atendendo às aspirações gerais de aprimoramento de nossa democracia. Confiamos em que a iniciativa de governo seja correspondida pela clari-

vidência das classes políticas nacionais, capazes de, com espírito de renúncia, alçarem-se à altura do momento que vivemos, sopitando ambições pessoais ou de grupos.

Chego assim ao término desta exposição que já vai mais longa do que era de desejar. A relevância de seu teor e a necessidade de lhe dar a verdadeira tonalidade de otimismo com que podemos encarar o futuro exigiram a extensão que lhe foi dada.

Ao concluir auguro um Ano Novo — o de 1978 — cheio de realizações para a Nação como um todo e com acrescidas benesses para cada cidadão brasileiro, no seio de sua comunidade e no recesso de seu lar.

Boa noite.